



## 9<sup>a</sup> Reunião do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira

# ANDAMENTO DA PROPOSTA DE ENQUADRAMENTO

Curitiba, 10 de dezembro de 2010



## Objetivo

Apresentar o andamento dos trabalhos técnicos sobre a proposta de enquadramento dos rios das bacias

## Histórico

- A 1ª proposta foi apresentada ao Comitê em novembro de 2009;
- Cargas consideradas: domésticas, industriais e de poluição difusa;
- Parâmetro considerado: demanda bioquímica de oxigênio – DBO

Classe 4 dividida em:

- Classe 4A: com limite superior para DBO: 25 mg/L
  - Classe 4B: sem limite superior (igual à Resolução CONAMA n° 357)
- Período de planejamento de 10 anos: 2010 a 2020

## Histórico

- Estimativa de custos: R\$1.140 e R\$1.970 bilhões, em 10 anos – se os corpos hídricos com Classe 4B não sejam objetos de Outorga
- Estimativa de custos: R\$3.280 bilhões, em 10 anos – critério atual de Outorga
- Sanepar e Copel solicitaram estudos adicionais

## Critérios Adicionais

- Manter a prioridade de proteção de mananciais;
- Levar em consideração os Contratos de Concessão entre Sanepar e Prefeituras, para cobertura de rede e tratamento de esgotos;
- Para a remoção da cargas domésticas a Sanepar sugere em primeira instância a Universalização do Saneamento e numa etapa posterior a melhoria da eficiência das ETE's ou outras medidas possíveis;
- Não considerar as cargas provenientes da poluição difusa.

## Aspectos Importantes

- Tem-se a população a ser atendida em 2020, seja através dos Contratos de Concessão ou através das estimativas do Plano de Bacia
- Está se estudando critério para alocação das populações nas sub-bacias.

## Aspectos Importantes

- Outra variável é a incerteza de quando e quanto o Governo Federal disponibilizará recursos de infra-estrutura. A Sanepar depende destes recursos para realizar as obras.
- Investimentos com recurso assegurado no pleito do PAC I - Bacias Hidrográficas para obras de Esgotamento Sanitário em todo o Estado do Paraná foi de R\$ 400 milhões. Este valor está muito aquém da necessidade identificada.
- Utilizar metas progressivas intermediárias acima de 10 anos, como o PCJ que está utilizando 30 anos.
- Avaliar junto ao Governo Federal a possibilidade de recursos a fundo perdido para atender as metas ambientais, além dos recursos da cobrança.